

ACORDO DE RESULTADOS SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA

PRIORIDADES PARA 2020

**FORTALEZA - CE
MAIO - 2020**

ACORDO DE RESULTADOS Nº 7/2020
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ E
A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DO CEARÁ, COM A
INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO E DA
SECRETARIA DA FAZENDA.

O Governador do Estado do Ceará, **Camilo Sobreira de Santana**, Carteira de Identidade nº 70282683 SSP-CE e CPF nº 289.585.273-15, doravante denominado ACORDANTE, e a SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CNPJ nº 22.156.351/0001-29, com sede na Rua Osvaldo Cruz, 2666, Dionisio Torres - CEP 60135-238, representada pelo seu Secretário, Sr. **Artur José Vieira Bruno**, Carteira de Identidade nº 930022551-4 SSP-CE e CPF nº 156.188.703-04 doravante denominada ACORDADA, tendo como INTERVENIENTES a SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, inscrita no CNPJ nº 08.691.976/0001-60, com sede na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Edifício Seplag 3º andar, Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambéba - CEP 60822-325, representada pelo seu Secretário, Sr. **José Flávio Barbosa Jucá de Araújo**, Carteira de Identidade nº 1443630 SSP-CE e CPF nº 202.626.803-78 e a SECRETARIA DA FAZENDA, inscrita no CNPJ nº 07.954.597/0001-52, com sede na Avenida Pessoa Anta, 274, Centro - CEP 60060-430, representada pela sua Secretária, Sra. **Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba**, Carteira de Identidade nº 496556 SSP-CE, e CPF/MF nº 766.618.903-63, ajustam entre si o presente ACORDO DE RESULTADOS mediante cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1 O presente instrumento fundamenta-se na Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, e no Decreto nº 32.216, de 08 de maio de 2017, que regulamenta o modelo de Gestão para Resultados do Poder Executivo do Estado do Ceará, institui a Gestão de Projetos de Investimento Público do Governo do Estado do Ceará, e dá outras providências.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DA FINALIDADE

2.1 O presente instrumento tem por finalidade efetivar a pactuação de compromissos a fim de dar mais celeridade aos resultados prioritários esperados para o exercício de 2020, em conformidade com o Plano de Governo e alinhados as orientações estratégicas do Plano

Plurianual (PPA) 2020-2023 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

2.2 Para o alcance da finalidade pactuada, visa o presente instrumento especificar metas e entregas a serem cumpridas, bem como definir as obrigações e as responsabilidades das partes envolvidas, além de estabelecer critérios para monitoramento, avaliação e revisão do desempenho comprometido.

2.3 São componentes deste Acordo os seguintes objetos de pactuação: objetivos prioritários, indicadores e respectivas metas, iniciativas, entregas e respectivas metas, conforme consta no Anexo I.

§ 1º As metas de desempenho dos indicadores e das entregas pactuadas no Acordo de Resultados devem equivaler às estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023.

§ 2º As entregas presentes no Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, referente ao exercício de 2020, compõe o conjunto de entregas pactuadas no Acordo de Resultados.

§ 3º À Acordada é facultada a priorização de outras entregas presentes no PPA 2020-2023, desde que orientada pelo princípio da razoabilidade, dentro dos critérios estabelecidos pelo Grupo Técnico de Gestão para Resultados (GTR), sendo vedada a inclusão de entregas que não estejam presentes no PPA 2020-2023.

§ 4º Em caso de divergência entre as entregas e metas estabelecidas no PPA 2020-2023 e na LDO, e aquelas pactuadas no Acordo de Resultados, estas serão acompanhadas de justificativas registradas pela Acordada no Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 Obriga-se a ACORDADA a:

- I. despender todos os esforços possíveis para alcançar os resultados e entregas pactuados;
- II. promover a fiel utilização dos recursos pactuados neste Acordo para o cumprimento das metas e alcance dos resultados, observando, na execução de suas atividades, as diretrizes governamentais para sua área de atuação;
- III. assumir responsabilidade pelo gerenciamento dos projetos necessários para o alcance dos resultados;
- IV. executar as ações de apoio solicitadas por outros órgãos e entidades do Poder Executivo para consecução dos resultados previstos no Acordo de Resultados destes;
- V. elaborar e encaminhar ao Acordante e ao GTR relatórios gerenciais e demais

informações que demonstrem a real execução dos objetos pactuados; e

VI. fornecer as informações para o monitoramento e, se for o caso, auditoria do Acordo de Resultados, apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado.

3.2 Obriga-se o ACORDANTE a:

- I. zelar pela realização dos compromissos pactuados;
- II. garantir a concessão das autonomias pactuadas;
- III. contribuir para a execução das metas estabelecidas neste acordo;
- IV. garantir a prioridade no provimento dos recursos necessários à execução dos compromissos pactuados;
- V. articular-se, quando necessário, junto a entidades financeiras externas ao Governo (nacionais e internacionais) para garantir a captação de recursos necessários ao cumprimento das metas do acordo; e
- VI. supervisionar a execução deste Acordo de Resultados.

3.3 Cabe à Seplag, como INTERVENIENTE:

- I. assessorar o Governador a fim de priorizar os recursos orçamentários para o cumprimento dos objetivos deste Acordo em detrimento de outras iniciativas;
- II. atestar a conformidade e adequação técnica deste Acordo e suas eventuais alterações; e
- III. monitorar e avaliar a execução deste Acordo de Resultados.

3.4 Cabe à Sefaz, como INTERVENIENTE:

- I. priorizar o repasse dos recursos financeiros conforme as autonomias e medidas facilitadoras concedidas;
- II. prestar o apoio necessário ao pleno cumprimento das entregas pactuadas neste Acordo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS AUTONOMIAS E MEDIDAS FACILITADORAS

4.1 Com o objetivo de alcançar ou superar as metas fixadas, serão concedidas prerrogativas de maior autonomia e medidas facilitadoras, a serem utilizadas conforme juízo de conveniência e oportunidade da Acordada.

4.2 Para fins de alcance deste Acordo, serão implementados os recursos orçamentários e

financeiros necessários para garantia das prerrogativas de maior autonomia, limitadas ao crédito autorizado na Lei Orçamentária Anual, bem como à disponibilidade financeira para desembolso, e sujeitos à suspensão na hipótese de seu descumprimento.

4.3 Estão previstas as seguintes autonomias e medidas facilitadoras a serem concedidas à Acordada:

I. Tratamento diferenciado dos MAPPs atrelados aos projetos e entregas que compõem o Acordo:

a. Os projetos MAPPs que têm relação com as entregas previstas neste Acordo terão sinalização específica, assim como as ações orçamentárias que lhes dão suporte.

b. Os projetos MAPPs que compõem o Acordo deverão ter sua deliberação sobre a aprovação dos limites no Cogerf analisada em até duas reuniões consecutivas.

II. Tratamento diferenciado no fluxo de processos transversais relativos aos projetos e entregas que compõem o Acordo, como, por exemplo: licitação, licenciamento ambiental, desapropriação e aferição da execução (medição), conforme normatização própria.

III. Em caso de contingenciamento de recurso, as despesas orçamentárias dos projetos que compõem o Acordo serão as últimas a sofrerem redução no crédito inicial.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1 Para o financiamento dos encargos resultantes da execução do presente Acordo de Resultados, o Acordante diligenciará as providências para a manutenção dos recursos orçamentários e financeiros necessários à realização das respectivas entregas, conforme previsto no Anexo II.

5.2 Os recursos informados no Anexo II referem-se exclusivamente à programação aprovada pelo Governador no exercício de 2020 e deverão estar assegurados e priorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020.

5.3 O Anexo II poderá ser atualizado ao final do ano vigente caso o Governador aprove novos projetos MAPPs cujos objetos contribuem para o alcance das metas estabelecidas ou amplie o valor programado dos projetos contemplados neste Acordo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Acordo de Resultados vigorará a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, e poderá ser revisado ou renovado, desde que haja interesse das partes envolvidas ou necessidade comprovada pelo GTR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 O Acordo de Resultados poderá ser rescindido nas seguintes situações:

- I. por consenso entre as partes;
- II. por ato unilateral do Acordante;
- III. na ocorrência de desligamento, por qualquer motivo, do representante da Acordada;
- ou
- IV. em caso de descumprimento grave e injustificado, devidamente comprovado pelo GTR.

CLÁUSULA OITAVA - DA REVISÃO

8.1 Para fins deste Acordo de Resultados, considera-se revisão a alteração de quaisquer cláusulas e anexos do instrumento de pactuação, inclusive das metas de desempenho e compromissos firmados, inclusão de novas metas e compromissos, dentro do período de vigência do mesmo, não pactuados anteriormente, bem como a alteração da respectiva data de vigência.

8.2 A revisão de que trata o item 8.1 deverá ser promovida a partir da utilização das informações do monitoramento dos objetos de pactuação, disciplinados na cláusula oitava, ou quando houver algum fato superveniente que possa comprometer o desempenho das políticas públicas, devidamente comprovado.

8.3 Caberá ao GTR definir os prazos, diretrizes e orientações técnicas para o envio das propostas de revisão do Acordo de Resultados pela Acordada.

CLÁUSULA NONA - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

9.1 Este Acordo será monitorado e avaliado a partir da ação conjunta e integrada envolvendo a Acordada, o Governador do Estado (Acordante), os Intervenientes e o GTR.

9.2 O acompanhamento dos objetos de pactuação deve observar o cumprimento do Acordo, notadamente no que diz respeito à execução dos projetos estratégicos, resultados alcançados em indicadores, disponibilização e uso dos recursos financeiros e engajamento e apoio da Acordada, Acordante e Intervenientes.

9.3 O monitoramento do Acordo de Resultados deve apoiar-se nos diferentes monitoramentos definidos no Decreto no 32.216, de 08 de maio de 2017.

9.4 Para viabilizar o acompanhamento da execução deste Acordo, cada parte deverá observar as seguintes premissas:

- I. as iniciativas constantes neste Acordo deverão ser desdobradas em marcos de verificação, os quais representam a conclusão das principais etapas da execução; e
- II. durante a comparação entre as entregas previstas e realizadas, será necessário evidenciar a realização ou apresentar as razões do eventual descumprimento.

9.5 O desempenho previsto neste Acordo de Resultados será avaliado pelo GTR, ao qual compete:

- I. acompanhar e avaliar os resultados alcançados pela Acordada, considerando as metas e indicadores de desempenho previstos no Acordo;
- II. recomendar, com a devida justificativa, alterações no Acordo de Resultados, principalmente quando se tratar de necessidade de alinhamento de indicadores, metas e resultados, bem como a revisão, a renovação ou a rescisão do Acordo de Resultados;
- III. proceder, ao final de cada período avaliativo, à avaliação de desempenho deste Acordo quanto aos objetos de pactuação, na qual concluirá acerca do desempenho da Acordada;
- IV. definir os prazos, calendário de reuniões, diretrizes, metodologias, ferramentas e orientações para as atividades de monitoramento e avaliação a serem respeitados pela Acordada e Acordante;
- V. apontar riscos de descumprimento ou descumprimento efetivo deste Acordo para os assinantes e coordenar com as partes a elaboração de uma proposta de ação a ser levada às Reuniões de Acompanhamento e Avaliação; e
- VI. apoiar ou coordenar o apoio à Acordada e ao Acordante em caso de atrasos ou dificuldades no planejamento e execução dos projetos estratégicos, ou em qualquer caso de risco de descumprimento do presente Acordo.

9.6 O monitoramento e a avaliação do Acordo de Resultados devem ser realizados, minimamente, por meio de:

- I. relatórios gerenciais de acompanhamento da execução, elaborados pela equipe técnica da Unidade Setorial de Planejamento da Acordada, conforme modelos a serem disponibilizados pelo GTR, que deverão informar o resultado de cada indicador e entrega pactuado para o período de verificação, indicar a fonte de comprovação da

informação, apresentar plano de ação para atividades em atraso ou com risco de atraso, e prover informações adicionais a respeito da execução dos indicadores e entregas;

II. reuniões periódicas de monitoramento e reuniões anuais de avaliação, coordenadas pelo GTR; e

III. relatórios gerenciais de avaliação, elaborados e assinados pelo GTR, que deverão indicar a nota atribuída ao cumprimento das metas dos indicadores e das entregas, à execução financeira e aos processos de pactuação e monitoramento, assim como a nota geral atribuída ao Acordo vigente, incluindo recomendações para posteriores pactuações.

9.7 Caberá ao GTR definir a natureza e a forma de apoio ao planejamento e execução que será ofertado à Acordada em caso de riscos de descumprimento do presente Acordo.

9.8 Para cumprimento das competências determinadas no item 9.5 e dos processos descritos no 9.6, o GTR será assessorado pela Célula de Gestão para Resultados (Ceger) da Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Cplog) da Seplag.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento na forma da lei.

Fortaleza-CE, de de 2020.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR
ACORDANTE

Artur José Vieira Bruno
SECRETÁRIO DA SEMA
ACORDADO

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
SECRETÁRIO DA SEPLAG
INTERVENIENTE

Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro
Pacobahyba
SECRETÁRIA DA SEFAZ
INTERVENIENTE

Assina, também, o presente instrumento, o seguinte dirigente máximo da vinculada da SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE do Estado do Ceará.

Carlos Alberto Mendes Júnior
SUPERINTENDENTE DA SEMACE

ACORDADO

ANEXO I: OBJETOS DE PACTUAÇÃO

SEMA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO				
Eixo	Resultado Estratégico	Tema Estratégico	Resultado Temático	Programa / Objetivo Prioritário
7 - CEARÁ SUSTENTÁVEL	Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.	7.2 - MEIO AMBIENTE	Recursos ambientais com uso racional e sustentável.	721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA <ul style="list-style-type: none">Ampliar a promoção da educação ambiental com foco na mudança de atitudes e valores e no fortalecimento da gestão ambiental municipal.
				723 - CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL <ul style="list-style-type: none">Reduzir as populações de animais domésticos abandonados em condições de maus tratos e o número de espécies ameaçadas de extinção no Estado do Ceará
				724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ <ul style="list-style-type: none">Ampliar a conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais e a biodiversidade do Ceará.
				725 - CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS <ul style="list-style-type: none">Reduzir as emissões de gases de efeito estufa no estado do Ceará e minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas
				726 - RESÍDUOS SÓLIDOS <ul style="list-style-type: none">Reduzir os impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente e sobre a saúde humana.

ANEXO I: OBJETOS DE PACTUAÇÃO

SEMA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

INDICADORES E METAS					
Programa / Objetivo prioritário	Indicador	Unidade de Medida	Valor de Referência	Ano de Referência	Meta do Ano
721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA • Ampliar a promoção da educação ambiental com foco na mudança de atitudes e valores e no fortalecimento da gestão ambiental municipal.	Municípios com capacitações de educação ambiental	percentual	78,80	2019	70,00
	Municípios com gestão ambiental descentralizada	percentual	19,56	2019	21,12
723 - CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL • Reduzir as populações de animais domésticos abandonados em condições de maus tratos e o número de espécies ameaçadas de extinção no Estado do Ceará	Atendimento de denúncias relacionadas a crimes ambientais praticados contra a fauna	percentual	20,00	2019	20,00
	Municípios cearenses que possuem políticas públicas de proteção e bem-estar animal	percentual	-	2019	3,00
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ • Ampliar a conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais e a biodiversidade do Ceará.	Áreas protegidas por Unidades de Conservação municipais	percentual	3,67	2019	3,67
	Incremento de área florestada e reflorestada no Estado do Ceará	hectare	11,00	2019	10,00
725 - CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS • Reduzir as emissões de gases de efeito estufa no estado do Ceará e minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas	Densidade de monitoramento da balneabilidade das praias de Fortaleza	ponto por praia	2,58	2019	2,66
	Veículos do ciclo diesel fora do padrão da legislação vigente vistoriados em blitzes	percentual	-	2019	10,00
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS • Reduzir os impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente e sobre a saúde humana.	Instituições públicas envolvidas com a Coleta Seletiva Solidária	percentual	18,46	2019	36,92
	Municípios com coleta seletiva	percentual	21,19	2019	10,00
	Municípios com disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos	percentual	5,98	2019	17,39

ANEXO I: OBJETOS DE PACTUAÇÃO

SEMA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

ENTREGAS PRIORITÁRIAS							
Programa / Objetivo prioritário	Iniciativa	Entrega do PPA	Entrega no AR	Unidade de Medida	Realizado Anos Anteriores	Meta do Ano	
721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA • Ampliar a promoção da educação ambiental com foco na mudança de atitudes e valores e no fortalecimento da gestão ambiental municipal.	721.1.01 - Promoção da Educação Ambiental nos municípios cearenses.	102 - CAPACITAÇÃO REALIZADA	Capacitação realizada	número absoluto	-	54	
723 - CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL • Reduzir as populações de animais domésticos abandonados em condições de maus tratos e o número de espécies ameaçadas de extinção no Estado do Ceará	723.1.02 - Implantação da lista vermelha da fauna ameaçada no Estado.	1684 - LISTA VERMELHA PUBLICADA	Lista Vermelha publicada	número absoluto	-	1	
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ • Ampliar a conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais e a biodiversidade do Ceará.	724.1.01 - Ampliação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.	1178 - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADA	Unidade de conservação estadual implantada	número absoluto	-	2	
			Unidade de conservação municipal implantada	número absoluto	-	2	
	724.1.02 - Promoção da valorização de espécies vegetais nativas do Ceará.	1704 - MUDA NATIVA PRODUZIDA	1710 - PLANTIO REALIZADO	Muda nativa produzida	número absoluto	-	471.000
				Plantio realizado	hectare	-	48,00
	724.1.04 - Expansão da prevenção, controle e combate aos incêndios florestais em Unidades de Conservação Estaduais.	102 - CAPACITAÇÃO REALIZADA	1273 - BRIGADA DE INCÊNDIO IMPLANTADA	Capacitação para Brigada de Incêndio realizada	número absoluto	-	20
				Brigada de Incêndio implantada	número absoluto	-	1
	724.1.06 - Promoção da melhoria da gestão das Unidades de Conservação Estaduais.	421 - PLANO DE MANEJO IMPLANTADO		Plano de Manejo implantado	número absoluto	-	7
	724.1.07 - Promoção da regularização ambiental de propriedades e posses rurais no estado do Ceará.	1474 - CADASTRO AMBIENTAL RURAL REALIZADO		Cadastro ambiental rural realizado	número absoluto	-	521

725 - CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS <ul style="list-style-type: none"> Reduzir as emissões de gases de efeito estufa no estado do Ceará e minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas 	725.1.02 - Promoção da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro.	1508 - CERTIFICAÇÃO CONCEDIDA	Certificação Praia Limpa concedida	número absoluto	-	5
	725.1.03 - Promoção da fiscalização de fontes poluidoras da qualidade do ar.	83 - BLITZ REALIZADA	Blitz realizada	número absoluto	-	12
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS <ul style="list-style-type: none"> Reduzir os impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente e sobre a saúde humana. 	726.1.02 - Expansão dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.	1722 - UNIDADE DE TRATAMENTO IMPLANTADA	Central Municipal de Resíduos implantada	número absoluto	-	38
			Galpão de compostagem - Sertão de Sobral	número absoluto	-	7
	726.1.03 - Expansão da atividade econômica da reciclagem.	1725 - CATADOR BENEFICIADO	Catador beneficiado	número absoluto	-	1.932

Justificativa para discrepância nas metas dos Indicadores

Programa	Indicador	Justificativa
721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA	Municípios com capacitações de educação ambiental	A meta programada é inferior ao resultado alcançado no ano de 2019, mas permanece igual ao programado no PPA para 2020, considerando as dificuldades em manter os resultados do ano anterior devido os impactos dos decretos Nº 33.510, Nº 33.519, Nº 33.536 de estado de emergência, calamidade publicada e regime especial de trabalho, editados em decorrência da pandemia do covid-19.
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	Incremento de área florestada e reflorestada no Estado do Ceará	Referir-se à justificativa do indicador: "Municípios com capacitações de educação ambiental" do Programa 721 - Ceará consciente por natureza
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	Municípios com coleta seletiva	Referir-se à justificativa do indicador: "Municípios com capacitações de educação ambiental" do Programa 721 - Ceará consciente por natureza

ANEXO II: RECURSOS FINANCEIROS

SEMA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Recursos financeiros necessários para o ano corrente (R\$)		
Órgão	Fonte	Valor
SEMA	(010) FECOP	1.375.000,00
	(016) Medida Compensatória Ambiental	345.936,50
SEMACE	(070) Recursos Próprios	2.663.513,30
	(083) Governo Federal - Adm. Indireta	1.657.144,81
Total		6.041.594,61

ANEXO III: REVISÃO DO OBJETOS DE PACTUAÇÃO E RECURSOS FINANCEIROS

SEMA - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO				
Eixo	Resultado Estratégico	Tema Estratégico	Resultado Temático	Programa / Objetivo Prioritário
7 - CEARÁ SUSTENTÁVEL	Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.	7.2 - MEIO AMBIENTE	Recursos ambientais com uso racional e sustentável.	721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA <ul style="list-style-type: none"> Ampliar a promoção da educação ambiental com foco na mudança de atitudes e valores e no fortalecimento da gestão ambiental municipal.
				723 - CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL <ul style="list-style-type: none"> Reduzir as populações de animais domésticos abandonados em condições de maus tratos e o número de espécies ameaçadas de extinção no Estado do Ceará
				724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ <ul style="list-style-type: none"> Ampliar a conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais e a biodiversidade do Ceará.
				725 - CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS <ul style="list-style-type: none"> Reduzir as emissões de gases de efeito estufa no estado do Ceará e minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas
				726 - RESÍDUOS SÓLIDOS <ul style="list-style-type: none"> Reduzir os impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente e sobre a saúde humana.

ANEXO III: REVISÃO DO OBJETOS DE PACTUAÇÃO E RECURSOS FINANCEIROS

SEMA - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

INDICADORES E METAS						
Programa / Objetivo prioritário	Indicador	Unidade de Medida	Valor de Referência	Ano de Referência	Meta do Ano	Meta do Ano Revisada
721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA • Ampliar a promoção da educação ambiental com foco na mudança de atitudes e valores e no fortalecimento da gestão ambiental municipal.	Municípios com capacitações de educação ambiental	percentual	78,80	2019	70,00	7,06
	Municípios com gestão ambiental descentralizada	percentual	19,56	2019	21,12	20,12
723 - CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL • Reduzir as populações de animais domésticos abandonados em condições de maus tratos e o número de espécies ameaçadas de extinção no Estado do Ceará	Atendimento de denúncias relacionadas a crimes ambientais praticados contra a fauna	percentual	20,00	2019	20,00	20,00
	Municípios cearenses que possuem políticas públicas de proteção e bem-estar animal	percentual	-	2019	3,00	2,00
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ • Ampliar a conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais e a biodiversidade do Ceará.	Áreas protegidas por Unidades de Conservação municipais	percentual	3,67	2019	3,67	3,67
	Incremento de área florestada e reflorestada no Estado do Ceará	hectare	11,00	2019	10,00	10,00
725 - CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS • Reduzir as emissões de gases de efeito estufa no estado do Ceará e minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas	Densidade de monitoramento da balneabilidade das praias de Fortaleza	ponto por praia	2,58	2019	2,66	2,66
	Veículos do ciclo diesel fora do padrão da legislação vigente vistoriados em blitzes	percentual	-	2019	10,00	10,00
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS • Reduzir os impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente e sobre a saúde humana.	Instituições públicas envolvidas com a Coleta Seletiva Solidária	percentual	18,46	2019	36,92	23,08
	Municípios com coleta seletiva	percentual	21,19	2019	10,00	10,00
	Municípios com disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos	percentual	5,98	2019	17,39	15,76

ANEXO III: REVISÃO DO OBJETOS DE PACTUAÇÃO E RECURSOS FINANCEIROS

SEMA - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

ENTREGAS PRIORITÁRIAS							
Programa / Objetivo prioritário	Iniciativa	Entrega do PPA	Entrega no AR	Unidade de Medida	Realizado Anos Anteriores	Meta do Ano	Meta do Ano Rev.
721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA • Ampliar a promoção da educação ambiental com foco na mudança de atitudes e valores e no fortalecimento da gestão ambiental municipal.	721.1.01 - Promoção da Educação Ambiental nos municípios cearenses.	102 - CAPACITAÇÃO REALIZADA	Capacitação realizada	número absoluto	-	54	13
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ • Ampliar a conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais e a biodiversidade do Ceará.	724.1.01 - Ampliação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.	1178 - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADA	Unidade de conservação estadual implantada	número absoluto	-	2	2
			Unidade de conservação municipal implantada	número absoluto	-	2	2
	724.1.02 - Promoção da valorização de espécies vegetais nativas do Ceará.	1704 - MUDA NATIVA PRODUZIDA	Muda nativa produzida	número absoluto	-	471.000	120.000
			1710 - PLANTIO REALIZADO	Plantio realizado	hectare	-	48,00
	724.1.04 - Expansão da prevenção, controle e combate aos incêndios florestais em Unidades de Conservação Estaduais.	102 - CAPACITAÇÃO REALIZADA	Capacitação para Brigada de Incêndio realizada	número absoluto	-	20	10
			1273 - BRIGADA DE INCÊNDIO IMPLANTADA	Brigada de Incêndio implantada	número absoluto	-	1
	724.1.06 - Promoção da melhoria da gestão das Unidades de Conservação Estaduais.	421 - PLANO DE MANEJO IMPLANTADO	Plano de Manejo implantado	número absoluto	-	7	7
	724.1.07 - Promoção da regularização ambiental de propriedades e posses rurais no estado do Ceará.	1474 - CADASTRO AMBIENTAL RURAL REALIZADO	Cadastro ambiental rural realizado	número absoluto	-	521	10

<p>725 - CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Reduzir as emissões de gases de efeito estufa no estado do Ceará e minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas 	<p>725.1.03 - Promoção da fiscalização de fontes poluidoras da qualidade do ar.</p>	<p>83 - BLITZ REALIZADA</p>	<p>Blitz realizada</p>	<p>número absoluto</p>	<p>-</p>	<p>12</p>	<p>6</p>
<p>726 - RESÍDUOS SÓLIDOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Reduzir os impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente e sobre a saúde humana. 	<p>726.1.02 - Expansão dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.</p>	<p>1722 - UNIDADE DE TRATAMENTO IMPLANTADA</p>	<p>Central Municipal de Resíduos implantada</p>	<p>número absoluto</p>	<p>-</p>	<p>38</p>	<p>6</p>
	<p>726.1.03 - Expansão da atividade econômica da reciclagem.</p>	<p>1725 - CATADOR BENEFICIADO</p>	<p>Catador beneficiado</p>	<p>número absoluto</p>	<p>-</p>	<p>1.932</p>	<p>1.249</p>

Justificativa para revisão/exclusão das metas dos indicadores

Programa	Indicador	Justificativa
721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA	Municípios com capacitações de educação ambiental	A meta foi reduzida em 89,91%, pois devido à pandemia da Covid-19 e diante do decreto de calamidade pública, as capacitações presenciais nos municípios e as campanhas educativas foram suspensas. Desse modo, a revisão das metas faz-se necessária, pois os cursos planejados não são possíveis de serem executados em modalidade EAD, visto a dificuldade do acesso à internet no interior do estado e a grande quantidade de conteúdo e de carga horária (mínimo de 60h). Assim, foi adaptado apenas as palestras para o modo virtual, mantendo-se o mesmo perfil do público-alvo, carga horária e objetivos planejados para este tipo de capacitação.
	Municípios com gestão ambiental descentralizada	A meta foi reduzida em 4,73%, pois considerando o decreto de calamidade em decorrência da pandemia de Covid-19, não é possível vislumbrar o alcance da meta prevista inicialmente pois o indicador expõe resultados consequentes de assessorias presenciais que se presta aos municípios e no 1º semestre só foi possível a realização de 1 assessoria que ocorreu antes do decreto de isolamento.
723 - CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL	Municípios cearenses que possuem políticas públicas de proteção e bem-estar animal	A meta foi reduzida em 33,33%, pois considerando o decreto de calamidade pública no Estado do Ceará, que impossibilita a equipe de visitar os Municípios para realizar atividades, a diminuição dos recursos financeiros frente a pandemia e a diminuição do quadro de funcionários da coordenadoria, não será possível realizar as três capacitações previstas para esse ano, havendo então a necessidade de alteração da meta.
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	Instituições públicas envolvidas com a Coleta Seletiva Solidária	A meta foi reduzida em 37,48%, pois considerando a situação atual de pandemia da Covid-19, a adesão das instituições públicas ao Coleta Seletiva Solidária está comprometida no ano de 2020 devido a necessidade da equipe técnica da Sema desenvolver atividades in loco de mobilização e sensibilização junto as associações de catadores e instituições públicas com servidores.
	Municípios com disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos	O indicador teve a meta reduzida em 9,37% em consonância com o pedido de redução da meta por parte da Scidades. Ambos (Sema e Scidades) trabalham em conjunto para desenvolvimento dos resultados apresentados pelo indicador.

Justificativa para revisão/exclusão das metas das entregas

Iniciativa	Entrega (PPA)	Entrega (AR)	Justificativa
721.1.01 - Promoção da Educação Ambiental nos municípios cearenses.	102 - CAPACITAÇÃO REALIZADA	Capacitação realizada	A meta foi reduzida em 75,92%. Referir-se a justificativa do indicador: "Municípios com capacitações de educação ambiental" do Programa 721.
723.1.02 - Implantação da lista vermelha da fauna ameaçada no Estado.	1684 - LISTA VERMELHA PUBLICADA	Lista Vermelha publicada	A entrega foi excluída tendo em vista o decreto do estado de calamidade pública no Estado do Ceará, que impossibilita a equipe de realizar a coleta de dados em campo e a diminuição dos recursos financeiros frente a pandemia, dessa forma, não será possível realizar a entrega ainda este ano.
724.1.02 - Promoção da valorização de espécies vegetais nativas do Ceará.	1704 - MUDA NATIVA PRODUZIDA	Muda nativa produzida	A meta foi reduzida em 74,52%, pois o cenário de pandemia da Covid-19 tem impedido a operacionalização regular dos viveiros, uma vez que impossibilita o trabalho integral das equipes de viveiristas que atuam nas unidades produtoras. Como este serviço não é incluído como serviço essencial no cenário desta problemática, dentro do cenário de retomada, têm-se traçado novo modelo de trabalho e novas metas. Para além disso existem outros fatores agravantes que se somam a este, como a necessidade de se escoar os estoques que estiveram acumulados, mediante a suspensão de doação de mudas por parte de algumas unidades produtoras, além da necessidade de se retomar a regularidade de manutenção das mesmas.
	1710 - PLANTIO REALIZADO	Plantio realizado	A meta foi reduzida em 72,91%, pois não foi possível executar os plantios programados para o período da segunda quinzena de março e o mês de maio, uma vez que, indica-se que os plantios devam ser executados no início do período chuvoso (quadra chuvosa). Outro agravante é que, considera-se tecnicamente inviável a realização de plantios no período seco, uma vez que o Estado do Ceará encontra-se inserido no semiárido. Soma-se também a estes fatores os prejuízos ocasionados pelos impactos da pandemia do vírus Covid-19 e dos respectivos decretos de calamidade pública, o que inviabilizou ações como: licitações de contratação de terceiros por instituições parceiras, cercamento e preparo de áreas-alvo para plantios, dentre outras impossibilidades de trabalho das equipes.

724.1.04 - Expansão da prevenção, controle e combate aos incêndios florestais em Unidades de Conservação Estaduais.	102 - CAPACITAÇÃO REALIZADA	Capacitação para Brigada de Incêndio realizada	A meta foi reduzida em 50%, pois o cenário de isolamento social, adotado em combate à atual pandemia impossibilita a execução de capacitações presenciais planejadas nos municípios e Unidades de Conservação. O Centro Nacional do PREVFOGO está ainda com suspensão das capacitações presenciais, da mesma forma o PREVINA estadual. Estão sendo realizadas e articuladas reuniões de forma virtual com os gestores de unidades de conservação para mobilização dos conselhos gestores das unidades de conservação estaduais, com envolvimento e convite dos atores locais. Dessa forma, as capacitações on-line são uma forma de adaptação ao cenário adverso de risco de contaminação da COVID-19 e podem ser ferramentas de mobilização para o compartilhamento de conhecimentos úteis para as atividades de prevenção aos incêndios florestais, como sua extensão é maior foi possível unir capacitações.
724.1.07 - Promoção da regularização ambiental de propriedades e posses rurais no estado do Ceará.	1474 - CADASTRO AMBIENTAL RURAL REALIZADO	Cadastro ambiental rural realizado	A meta foi reduzida em 98,08%, pois não foi assinado o TDCO com o IDACE e sem o TDCO, não é possível a Semace repassar o recurso financeiro para que o Idace faça o CAR nos assentamentos. A Semace aguarda a apresentação, pelo IDACE, do plano de trabalho que subsidiará o TDCO. Considerando que depois de assinado o TDCO, o IDACE fará uma licitação para contratação de uma empresa para realizar o CAR e considerando que uma licitação é um processo demorado, é provável o não alcance da meta em 2020. Além disso, as tratativas desse TDCO ficaram prejudicadas por conta da pandemia que paralisou as atividades nos órgãos públicos. Há ainda por conta da pandemia, a Resolução COGERF nº 07/2020, que proíbe algumas contratações durante o estado de emergência em saúde pública e a Central de Licitações está priorizando as aquisições relacionadas com a prevenção do Covid-19. Dessa forma, pede-se a redução da meta.
725.1.02 - Promoção da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro.	1508 - CERTIFICAÇÃO CONCEDIDA	Certificação Praia Limpa concedida	A entrega foi excluída, tendo em vista que o cronograma publicado no regulamento (DOE 10/03/2020) não poderá ser cumprido, face as restrições de trabalho presencial em função da pandemia e a necessidade do trabalho de monitoramento essencialmente no campo.
725.1.03 - Promoção da fiscalização de fontes poluidoras da qualidade do ar.	83 - BLITZ REALIZADA	Blitz realizada	A meta foi reduzida em 50%, pois a pandemia do Covid-19 impossibilitou a realização das blitze planejadas no 1º semestre. As atividades ainda estão paralisada e espera-se o retorno para o 2º semestre.

726.1.02 - Expansão dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.	1722 - UNIDADE DE TRATAMENTO IMPLANTADA	Central Municipal de Resíduos implantada	A meta foi reduzida em 81,57%, pois considerando a pandemia a grande maioria dos consórcios não avançou na abertura dos processos licitatórios para construção das CMRs.
		Galpão de compostagem - Sertão de Sobral	A entrega foi excluída, pois em virtude de alteração do cronograma de execução das ações do consórcio CGIRS-RMS, a implementação dos galpões de compostagem não mais acontecerão no ano de 2020.
726.1.03 - Expansão da atividade econômica da reciclagem.	1725 - CATADOR BENEFICIADO	Catador beneficiado	A meta foi reduzida em 35,35%, pois o programa bolsa catador teve dificuldades para ser implementado, em função das restrições de trabalho presencial decorridas da pandemia e por isso não foi possível ser implementado na data inicialmente proposta. O número de catadores foi reduzido para atender o edital de convocação dos catadores legalizados em associações em rede.

REVISÃO DO OBJETOS DE PACTUAÇÃO E RECURSOS FINANCEIROS

SEMA - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Recursos financeiros necessários para o ano corrente (R\$)		
Órgão	Fonte	Valor
SEMA	(010) FECOP	1.375.000,00
	(016) Medida Compensatória Ambiental	1.514.610,66
SEMACE	(070) Recursos Próprios	2.663.513,30
	(083) Governo Federal - Adm. Indireta	1.657.144,81
Total		7.210.268,77